



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27240 - DF (2021/0013502-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : DIRCYMARY BARBOSA DO NASCIMENTO
ADVOGADO : ROBERTO MARINHO LUIZ DA ROCHA - RJ112248
IMPETRADO : MINISTRO DA SAÚDE
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por DIRCYMARY BARBOSA DO NASCIMENTO contra ato praticado pelo MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, consubstanciado na edição da Portaria n. 2.499/GM/MS, de 18 de setembro de 2020, tendo por objeto a demissão da impetrante do cargo público que ocupava.

Sustenta a ocorrência de vícios insanáveis no Processo Administrativo Disciplinar nº 25000.081983/2015-92, que resultou na aplicação da penalidade de demissão do serviço público.

Defende a existência de vícios de natureza processual e de competência, a justificar a anulação dos trabalhos, porquanto, em seu entender, não foram observadas as formalidades legais.

Ressalta a ocorrência de prejuízo à defesa com a inclusão no processo administrativo disciplinar de fatos oriundos de processos licitatórios nos quais sequer houve participação da impetrante.

Diz que houve alteração do texto subscrito pela autora em parecer apresentado no PAD, pressupondo falso aumento na contratação, o que caracteriza má-fé do parecerista, sobretudo porque não houve acréscimo de valor no aditivo ali mencionado.

Ressalta que não há razoabilidade e proporcionalidade na penalidade aplicada, e tampouco restou demonstrado o prejuízo aos cofres públicos, não havendo que se falar em desídia da servidora.

Requer a concessão de medida liminar, para que seja determinada a reintegração da impetrante ao cargo, com o pagamento de todos os vencimentos e vantagens a que faz jus a partir da distribuição do presente feito. No mérito, pugna pela confirmação da segurança, com a declaração de nulidade do ato que determinou sua demissão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Inicialmente, defiro o pedido de gratuidade de justiça formulado à e-STJ fl. 36.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Nesse contexto, a ausência de demonstração dos requisitos impõe o indeferimento na liminar. Esse é o caso dos autos.

Em exame perfunctório, peculiar ao presente momento processual, não se

verifica a presença do *periculum in mora*, sobretudo porque não há como se conceber risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental, na hipótese de indeferimento da liminar.

Por outro lado, não se constata, de plano, a fumaça do bom direito, mormente porque o mandado de segurança não configura a via adequada para o reexame das provas produzidas em processo administrativo disciplinar, cuja medida demandaria dilação probatória, inviável na via estreita da presente ação constitucional.

Ademais, o controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar não autoriza imersão no mérito administrativo, restringindo-se ao exame da regularidade do procedimento, a partir da necessária observância dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Convém ressaltar que a presunção de legitimidade do ato administrativo prepondera, inclusive com relação à conclusão sobre os fatos apurados e a aplicação da penalidade de demissão realizada a partir do conjunto probatório constante do processo administrativo disciplinar.

No caso posto, não foram colacionadas aos autos provas pré-constituídas hábeis a demonstrar à ofensa ao exercício da ampla defesa, e tampouco o prejuízo alegado que pudesse, num exame superficial, ensejar a concessão da medida liminar.

Aliado a tal realidade, na espécie, o pedido liminar confunde-se com a pretensão principal, o que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao relator no momento oportuno.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar, sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, caput, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência